



O VOLUME DE INFORMAÇÕES DE FOMENTO NOS PORTAIS ELETRÔNICOS DAS FUNDAÇÕES ESTADUAIS DE AMPARO À PESQUISA

KRISTINNE KELLY ROSA BORGES VAZ
Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL
kristinne@mail.uft.edu.br

SANDRO VIEIRA SOARES
Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL
sandrovieirasoares@hotmail.com

THIAGO COELHO SOARES
Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL
prof.tcoelhos@gmail.com

CRISTINA MARTINS
Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL
crismartins2611@gmail.com

FERNANDO MACIEL RAMOS
Universidade do Contestado - UnC
framos@unc.br

RESUMO

Os portais eletrônicos caracterizam-se como um importante instrumento para a troca de informações e para permitir a participação dos cidadãos nos esforços de tomada de decisões sobre importantes assuntos que interessam a sociedade. O objetivo geral deste artigo é analisar a relação das características das FAPs com o volume de informações de fomento disponibilizadas nos seus portais eletrônicos. Procedeu-se então ao teste da relação entre volume de informações e idade das FAPs, o orçamento das FAPs, o ativo total das FAPs e o quantitativo de servidores das FAPs. Para testar as hipóteses fez-se uma análise dos websites usando análise de conteúdo seguida de uma análise de correlação de Pearson. O valor do coeficiente de correlação r de Pearson apresentou que a correlação da variável volume de informações com a variável idade ($r = 0,38$) não é significativa ($p > 0,05$), desta forma não existe correlação entre volume informações e idade da FAP. Já os demais coeficientes mostraram ainda que há relação entre volume de informações nos portais eletrônicos e as variáveis: orçamento de 2019 e 2020 ($r = 0,548$ e $r = 0,539$, $p = 0,005$ e $p = 0,005$, respectivamente), ativo total de 2019 e de 2020 ($r = 0,484$ e $r = 0,535$, $p = 0,014$ e $p = 0,006$, respectivamente) e os servidores ($r = 0,528$ com $p = 0,007$). De fato, embora se espere que organizações mais antigas possam ser melhor estruturadas em decorrência da experiência e história, isso não pode ser esperado dos sites, no caso das FAPs, porque a internet se popularizou no Brasil a partir 1994, e a existência delas antes disso não poderia gerar vantagem em relação as demais quantos aos websites institucionais.

Palavras chave: FAPs, Websites, Correlação de Pearson.

1. INTRODUÇÃO

A divulgação de documentos e dados, via transferência de informação, ofertada de forma física ou virtual, provê benefícios que se associam diretamente à oportunidade de constituição do conhecimento (LARA; CONTI, 2003). Assim, a sociedade da informação, conforme preconizada pelo sociólogo espanhol Manuel Castells (1999), considera que a tecnologia, com suas inovações, está cada dia mais presente no cotidiano da sociedade, possibilitando novas formas de abordagem e controle da informação. Na atualidade, a todo instante se apresenta uma sociedade profundamente imersa em novas tecnologias de informação e comunicação, fato que evidencia o poder que essas tecnologias possuem na promoção da divulgação e do uso da informação (CALEFFI; RAUPP, 2017).

A partir da segunda década do século XXI, mudanças significativas foram percebidas na forma de divulgação e de aquisição da informação, assim como no modo de inserção e na própria comunicação em distintas estruturas sociais, por intermédio de sistemas de informações na web. Assim sendo, pode se afirmar que a internet possibilitou a expansão do paradigma de guarda e acesso aos conteúdos documentais, isto é, permitiu o acesso à informação por meio das mídias disponíveis e acessíveis (GONÇALEZ; JORENTE, 2014).

Nesse sentido, destaca-se a rede mundial de computadores (internet), que viabiliza acesso aos conteúdos informacionais aos cidadãos, já que as informações podem ficar disponíveis por um longo período de tempo para serem consultadas de qualquer parte do mundo, relativizando o conceito de distância geográfica ao comparar as formas tradicionais de comunicação existentes (CRUZ et al., 2012). Além disso, outra forma de perceber a importância das tecnologias da informação nas ações políticas ocorre quando se observa o crescimento de sites institucionais, utilizados como mecanismos de comunicação entre o governo e o cidadão (SANTOS, 2013).

No entanto, verifica-se, nesse sentido, que os dados governamentais não são disponibilizados de modo centralizado, isto é, cada FAP possui seu próprio portal eletrônico oficial. Assim, embora atendam aos aspectos legais inerentes às ações de transparência, os portais das FAPs apresentam características heterogêneas de recursos informacionais, além de grupos de dados, fragmentados em distintos ambientes de informação.

Tais fatos, certamente, sugerem estudos para mitigar as adversidades envolvidas no fluxo informacional, que abrange o compartilhamento de dados governamentais na internet (MOREIRA; VALENTIM; SANT'ANA, 2018). Em um estudo de Souza et al. (2019), referente ao portal de transparência do Ceará, a partir da percepção de analistas, técnicos e auxiliares de controle externo do TCE-CE, constatou-se que, quanto à abrangência das informações, 62,50% dos pesquisados consideraram positiva, mas 37,50% não concordaram que o sistema apresente informações completas para a tomada de decisão, apontando, logo, que faltam dados relevantes no portal. As Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa operam no país como entidades de incentivo à ciência, pesquisa e inovação. Sua função é o desenvolvimento científico e tecnológico que é de grande importância para proporcionar condições de vida melhor a toda a sociedade, como já é comprovado em países da América do Norte, Europa e da Ásia (JORGE; VENDRUSCOLO, 2020).

Estabelecidas como agências governamentais incumbidas de gerenciar a distribuição de recursos públicos, objetivando a promoção do desenvolvimento científico, tecnológico e inovação, de forma a exercer o papel de responsável por parcela significativa da política de apoio ao Sistema de Ciência, Tecnologia & Inovação - CT&I (CONDE, 2015).

Essas Fundações são estruturadas a partir de Decretos e de Leis Estaduais específicas e recebem investimentos públicos dos governos estaduais com a finalidade de contribuir com o crescimento da produção científica nacional (BORGES, 2011). Para o autor, nesta condição, o país não pode dispensar a colaboração das fundações estaduais de amparo à pesquisa – FAPs.

Assim, diante do exposto, isto é, a heterogeneidade das estruturas organizacionais das FAPs e a ausência de regulamentação que indique, explicitamente, quais informações devem ser veiculadas, e ainda da variabilidade do volume e da qualidade de informações que são divulgadas pelas FAPs, apresenta-se a seguinte questão de pesquisa: Qual é a relação entre as características das FAPs e o volume de informações de fomento disponibilizadas nos seus portais eletrônicos? Diante desta pergunta de pesquisa este estudo tem como objetivo geral analisar a relação das características das FAPs com o volume de informações de fomento disponibilizadas nos seus portais eletrônicos.

Desse modo, justifica-se este estudo ao se constatar que os portais eletrônicos constituem ambientes favoráveis e de fácil acesso para grande parte da população, mas também é um rico banco de dados para as pesquisas acadêmicas (JORGE; VENDRUSCOLO, 2020). Nos dias de hoje, com a perspectiva do uso dos meios de comunicação eletrônicos, especialmente com a internet, a transparência ativa ganhou importância, fazendo com que a informação seja publicada, disponível e acessível para todos (EIRÃO, 2018). Assim, a investigação quanto às melhores práticas dos portais eletrônicos das FAPs permitirá identificar oportunidades de melhorias dos portais eletrônicos das FAPs, contribuindo para a identificação dos problemas do fluxo informacional, já observados em outros estudos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Apresenta-se nessa seção a literatura revisada que fundamenta teoricamente o presente artigo..

2.1 A INFORMAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A relação duradoura entre o Estado e a sociedade, como parte das funcionalidades típicas da administração pública, é exercida por meio dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Tais funcionalidades são proporcionadas com a constituição de seus órgãos executores, os quais, agrupados, compõem a administração pública. Nesse sentido, o controle de contas da administração pública é realizado ou pautado pela incumbência de aprimorar as ligações entre a sociedade e o Estado (MATIAS-PEREIRA, 2014).

Nessa linha, com vistas à implementação de novas tecnologias de informação e comunicação, observa-se uma evolução nos mecanismos de comunicação desenvolvidos pela administração pública, que contribuiram para o processo de digitalização do governo, especialmente com a imposição de processos eletrônicos e serviços públicos digitais (SCHIEFLER; CRISTÓVAM; SOUSA, 2020).

Para Platt Neto, Cruz e Viera (2006), diante de questões conceituais e da legislação vigente, o uso da internet como ferramenta de publicidade associada à transparência pública confirmou a necessidade e a obrigatoriedade de os entes públicos divulgarem suas informações na rede. Na gestão fiscal responsável, a transparência é considerada um princípio atado ao princípio constitucional da publicidade e, correlacionado a isso, está o destaque recente recebido na utilização da internet para a difusão das informações públicas.

Observa-se, ainda, a necessidade de as instituições públicas buscarem mecanismos de comunicação, que se façam presentes na divulgação de suas informações, garantindo ligações afinadas junto à população, a partir de normas e diretrizes legais que promovam a publicidade com eficiência e qualidade. Tais mecanismos serão capazes de proporcionar uma evolução, no diálogo com a sociedade, ao transmitirem informação real e eficiente às demais pessoas do meio virtual (SILVA; RIBEIRO; SILVA FILHO, 2018).

Na atualidade, o direito de acesso à informação pública é tido como um direito humano fundamental, reconhecido, em vários continentes, por organismos internacionais, como: a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), a Organização da Unidade

Africana e a Commonwealth Expert Group Meeting, uma associação de territórios autônomos, mas dependentes do Reino Unido (BATISTA, 2012).

Elaborada com a intenção de viabilizar acesso às informações públicas, a LAI se fundamenta no emprego dos mecanismos de comunicação, oportunistados pela tecnologia da informação para promover a cultura da transparência na administração pública, avançando no controle social (BRASIL, 2011). Sustentados pela LAI, os órgãos e as entidades públicas precisam empregar mecanismos que permitam a divulgação das informações nos portais oficiais pela internet, comumente tidos como portais da transparência (BARTOLUZZIO et al., 2019).

Resumindo, a informação repercute sobremaneira na interação entre a sociedade e a administração pública, e o interesse nos estudos deve levar em consideração o modo como a informação e o seu acesso no meio público são tratados. Nesse sentido, na próxima seção, são detalhados os instrumentos de comunicação como internet e os portais eletrônicos na esfera pública, como forma de transparência e prestação de contas para a sociedade.

2.2 INSTRUMENTO DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Com o avanço tecnológico das mídias, tornou-se usual as pessoas e as organizações governamentais e não governamentais adquirirem equipamentos tecnológicos de última geração, assim como utilizarem as redes sociais para se comunicar, fazer compras on-line e desfrutar de muitos outros serviços no ambiente virtual. Isso tem proporcionado um cenário informatizado na sociedade, que se comunica em rede e se dinamiza diante das novas possibilidades que se apresentam com o advento de avançadas tecnologias, oferecidas a todos os segmentos da sociedade civil. Para a administração pública, esse avanço oportuniza novas formas de aprimoramento do fluxo informacional e a execução dos processos internos, na relação com fornecedores, além de possibilitar a abertura de um meio de comunicação e diálogo com os cidadãos (LUCIANO; CARNIELLO, 2014).

O surgimento da internet, no entanto, adveio bem antes de 1994 pois, na década de 1960, os EUA já a desenvolvia, no empenho de buscar a eficácia do seu sistema de defesa, visando dotar a comunidade científica militar de uma rede de comunicação que conseguisse escapar a um ataque nuclear. A concepção, oposta de outras redes presentes, era bastante simples e seu controle ocorria de forma centralizada, constituindo uma rede na qual cada equipamento era um pouco autônomo e a comunicação ocorria de forma partilhada (LINS, 2013).

A partir de 1994, a internet passou a fazer parte do dia a dia das pessoas, tornando-se o ambiente de relacionamento virtual hoje utilizado continuamente. Antes dessa propagação, esse meio de rede mundial era restrito ao meio acadêmico e outras poucas comunidades, para, então, a partir deste ano, ser disponibilizado ao público brasileiro em geral. Desse modo, conta-se, portanto, com pouco mais que duas décadas de disponibilidade da internet comercial no país (LINS, 2013).

Em outra linha de definição a internet é: o ambiente coletivo de perpetuação dos direitos fundamentais das pessoas, isto é direito de comunicar, de se informar, de se educar e procurar cultura ou mesmo expressar suas opiniões políticas. Ademais, tem papel principal para os Estados, considerando que os Poderes Públicos operam em imensa maioria na internet como, em caso, na emissão de documentos, nas atividades dos sistemas: tributário, financeiro, previdenciário, eleitoral, entre outros (SILVA; LOPES; OLIVEIRA, 2015, p. 5).

Configurando-se como um novo meio de acesso à informação, a internet se popularizou depressa, ampliando e aperfeiçoando o atendimento às necessidades de todas as espécies de público. Na atualidade, a internet se tornou um dos mais importantes meios de comunicação e informação à disposição da população; hábil para divulgar informações com

celeridade, a uma velocidade admirável, e para uma quantidade expressiva de pessoas (SILVA, 2019).

De forma simultânea, as mudanças no Estado e na administração pública, decorrentes do incremento das tecnologias de informação e comunicação, provocaram uma revolução na sociedade nas formas como as pessoas se relacionam, tanto entre os cidadãos, como entre as diversas esferas do governo e entre as instituições em geral (SILVA; VICENTIN, 2018). Enfim, para Silva e Vicentin (2018), a internet representa a principal ferramenta dessa revolução, pela qual os entes públicos buscam se conectar com os cidadãos, utilizando inúmeros canais, sendo os portais governamentais um dos principais acessos comunicacionais da contemporaneidade, onde são disponibilizadas informações, conteúdos e serviços que a administração pública entende serem pertinentes.

Atualmente, os portais de acesso eletrônicos são os meios mais fáceis para que o governo publique seus dados e os tornem mais acessíveis ao cidadão, uma vez que a Internet permite acesso em tempo real às informações, facilitando tanto a atualização como o acesso pela população às informações públicas (SANTOS, 2017, p. 77).

No entanto, para que isto ocorra, reforça-se que é necessário que os governos invistam na disponibilidade das informações sobre a gestão pública e aprimorem o conteúdo existente nos websites (ROTHBERG; LIBERATO, 2013). Nesse sentido, um portal, denominado também de website, é:

[...] uma página na Internet a partir do qual todos os serviços e informações da organização podem ser acessados. Quando essa organização é governamental, o portal é também um ‘cartão de visita’, um ‘palanque eletrônico’, que permite divulgar ideias 24 horas por dia, todos os dias da semana; é ainda um canal de comunicação entre Governos e cidadãos que possibilita a estes exercer a cidadania e aperfeiçoar a democracia (AKUTSU, 2009, p. 22).

Os portais agrupam vários serviços ofertados por meio eletrônico, de modo a ofertar opções aos usuários quanto às necessidades e expectativas que apresentam quando do acesso à rede (BARBALHO, 2004). A forma como a informação se apresenta para ser utilizada pelo usuário, segundo Barbalho (2004), é um fator significativo para a incorporação da oferta de serviços conforme a demanda de solicitações, de maneira a estabelecer, na rede, uma ligação entre as duas dimensões da vida: a real e a virtual.

Os portais eletrônicos (websites) caracterizam-se, segundo Raupp (2014, p. 151), como “um importante instrumento para a troca de informações e para permitir a participação dos cidadãos nos esforços de tomada de decisões sobre importantes assuntos que interessam a coletividade”. Dessa maneira, a legitimidade dos portais eletrônicos carece de acompanhamento periódico, de modo a avaliar sua efetividade em relação aos cidadãos que os utilizam. Para que os portais eletrônicos cumpram seu papel primordial de informar e assegurar a total clareza na execução das políticas governamentais, é indispensável que seja avaliado e aprimorado continuamente (RAUPP; ABREU, E.; ABREU, M., 2015).

Desse modo, na concepção de Diniz (2015, p. 22), “os portais eletrônicos governamentais podem ser considerados como locais de interação dos cidadãos com os governantes, favorecendo a formação de um ambiente coletivo de decisão e diálogo”. Observa-se, portanto, que os portais se apresentam como um mecanismo de fomento, transparência e interatividade entre o governo e a sociedade, uma vez que ampliam o ambiente para a prática da cidadania e democracia.

Contudo, embora o advento da publicidade governamental venha tornando transparente todos os atos e gastos do poder público, de maneira a permitir o controle pela sociedade sobre como os recursos recolhidos estão sendo utilizados, trazendo consigo a efetividade desse controle social existem obstáculos inerentes às próprias informações, seja

pelas dificuldades de compreensão, ou mesmo pelas dificuldades de encontrar o que se busca nos portais eletrônicos (SOUSA et al., 2020).

Os portais foram criados com o compromisso de assegurar o aumento da transparência, efetivado pelo controle e acompanhamento da aplicação dos recursos públicos, propiciando ao cidadão a oportunidade de acompanhar a execução dos recursos públicos e, com isso, disponibilizando sua fiscalização (BARTOLUZZIO et al., 2019). Nesse sentido, aí reside, ainda segundo Bartoluzzio et al. (2019), a importância de se entender as necessidades da sociedade sobre os portais eletrônicos para uma comunicação mais adequada com os cidadãos, intervindo de forma a estabelecer um instrumento mais assertivo para a conexão entre ambos.

Diante da abrangência proporcionada pela internet e da possibilidade de acesso à informação via portais eletrônicos, deve-se considerar o modo como a administração pública utiliza os meios eletrônicos, a fim de propiciar uma interação com a sociedade através do repasse de informações via portais eletrônicos, e como se apresenta a informação na administração pública, no caso das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa – FAPs.

2.3 FUNDAÇÕES ESTADUAIS DE AMPARO À PESQUISA – FAPS

As Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (FAPs) são órgãos indiretos da administração pública estadual que proporcionam maior associação entre os estados, entes federais e demais instituições análogas, tanto públicas como privadas, a fim de captar recursos centrados na execução da pesquisa e desenvolvimento (FREITAS, 2014).

Compreendidas dentro do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil, são entidades robustas, apesar de haver algumas desigualdades entre elas, encontrando-se algumas bem estruturadas e outras em processo de estruturação. Instituições, como o CNPq, têm nas FAPs colaboradores muito importantes (FREITAS, 2014).

A partir da mobilização iniciada no país, durante a década de 1950, com a criação da CAPES e do CNPq, surgiram inúmeras instituições políticas e diversos dispositivos foram gerados para o desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil, inclusive com a criação das FAPs. Em 1972, foi criado, por lei, o Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT) do Brasil, tendo, em 2002, introduzido na sua definição a expressão Inovação, passando a se denominar Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação (SCT&I) (MATOS, 2018).

Nesse sentido, a criação de agências governamentais federais teve como finalidade apoiar e fomentar a pesquisa, além de apresentar uma nova perspectiva para o desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação. Em seguida, passou-se a incentivar que os estados também promovessem a criação de instituições públicas voltadas ao incentivo à pesquisa, as chamadas Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa – FAPs, estabelecendo, em sua constituição, estrutura voltada para fomento através da aplicação recursos do orçamento estadual.

As Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa operam no país como entidades de incentivo à ciência, pesquisa e inovação. Sua função é fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico, de grande importância para proporcionar condições de vida melhor a toda a sociedade, como comprovado por países da América do Norte, Europa e Ásia (JORGE; VENDRUSCOLO, 2020). Estabelecidas como agências governamentais incumbidas de gerenciar a distribuição de recursos públicos, objetivando o incentivo e a promoção do desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação, as FAPs exercem o papel de responsáveis por parcela significativa das políticas de apoio ao Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação (SCT&I) (CONDE, 2015).

A partir da instituição da Constituição Federal (CF) de 1988, forte impulso foi dado à criação das FAPs adiante da oportunidade de estabelecer e receber créditos orçamentários estaduais, bem como captar recursos por meio de programas com agências da esfera federal, como o CNPq, a CAPES e a Financiadora de Projetos (FINEP) (CONDE, 2015).

Os estados têm autonomia para criar sua própria FAP, porém, não existe nenhuma legislação que obrigue a isso. O estabelecimento dos recursos advém do orçamento que é definido pelo próprio Estado, assim como da captação de recursos através de arrecadação própria por meio de parcerias e repasses de recursos públicos federais (CONSELHO NACIONAL DAS FUNDAÇÕES ESTADUAIS DE AMPARO À PESQUISA, 2017).

Existem, atualmente, no Brasil, o total de 26 fundações estaduais de amparo à pesquisa, incluindo o Distrito Federal, já que o estado de Roraima ainda não implementou sua FAP. Como órgãos da estrutura da administração indireta do poder executivo estadual, as FAPs proporcionam a articulação local com o sistema de ciência, tecnologia e inovação nos estados, através do auxílio financeiro por meio da concessão de bolsas a projetos de pesquisa.

Antes dos anos 1990, poucos estados tinham suas próprias FAPs constituídas. O Estado de São Paulo, em 1960, já havia implementado a Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo - FAPESP, figurando-se como pioneira no Brasil, sendo a segunda criada após quatro anos, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS, e as demais só foram criadas a partir de 1980. Em 2006, foi criado o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa - CONFAP, objetivando coordenar os interesses das FAPs. A concepção desse órgão tinha como finalidade estimular a produção do conhecimento e da inovação tecnológica e o impulso à expansão de parcerias contínuas das FAPs a outros organismos de fomento, bem como o incentivo ao progresso de CT&I, assim como parcerias com o setor empresarial (CONSELHO NACIONAL DAS FUNDAÇÕES ESTADUAIS DE AMPARO À PESQUISA, 2017).

Os objetivos das FAPs, por sua vez, é apoiar projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, tendo como pilares de ação: “a) fomentar as pesquisas científicas e tecnológicas e a inovação; b) formar recursos humanos qualificados para as pesquisas; e c) fomentar a interação entre os centros geradores do conhecimento e os setores economicamente produtivos” (CONSELHO NACIONAL DAS FUNDAÇÕES ESTADUAIS DE AMPARO À PESQUISA, 2017).

Segundo Conde (2015), as FAPs contribuem para o melhoramento da gestão pública por meio de sua responsabilização, eficiência, eficácia e efetividade, que se reflete no desempenho do controle social acerca das políticas públicas de CT&I, uma vez que seu processo de acompanhamento e avaliação é complexo, tendo em vista os resultados imprevisíveis e diversos nesse setor. Portanto, é necessário que as FAPs entendam que a sociedade é o principal cliente do sistema de CT&I, e que a construção de mecanismos de monitoramento e avaliação proporciona aprendizado e transparência, de forma a identificar possíveis equívocos entre o desejado e o obtido. Desse modo, elas se tornam uma ferramenta relevante para o exercício da gestão pública.

As FAPs movimentam seus recursos em áreas estratégicas, auxiliando na realização de pesquisas; na geração de recursos humanos por meio de bolsas de iniciação científica e tecnológica, de mestrado e doutorado; mediando a interação entre as entidades de pesquisa e as empresas; assim como outras formas de fomento a CT&I, com a destinação de montantes para a realização de eventos de difusão científica e a cooperação a ideias inovadoras (MATOS, 2018).

Portanto, é evidente a importância de investimentos públicos para o desenvolvimento da CT&I no país, com a execução de recursos advindos de cota de recursos do orçamento estadual, e da parceria com as agências federais de amparo ao CT&I, através de um regular

repassa de recursos financeiros, que instrumentaliza as FAPs de forma a contribuir na evolução das pesquisas regionais e nos programas de pós-graduação nos estados.

3. METODOLOGIA

Nesta seção, o propósito é descrever os procedimentos metodológicos que foram utilizados para realizar esta pesquisa.

3.1 DESCRIÇÃO DAS HIPÓTESES DA PESQUISA

Não foram encontrados, na literatura revisada nesta pesquisa, estudos específicos acerca das relações entre o volume (quantidade) de informações nos portais eletrônicos das FAPs e suas características. Por outro lado, durante a construção das hipóteses da presente pesquisa, foram encontrados alguns estudos sobre algumas das variáveis de interesse.

Inicialmente, a primeira hipótese se baseou na variável idade da fundação, por se entender que quanto mais antiga a instituição, mais consolidados estejam seus processos e estrutura e, com isto, haja uma maior disponibilidade de informações nos seus portais eletrônicos. Em seu estudo, correlacionando o desempenho de exportação das empresas, Klotzle e Thomé (2006) constataram que a idade ou a data de começo no mercado internacional foi um fator preponderante para o alto desempenho, demonstrando que as empresas mais antigas representam uma parcela significativamente maior entre as empresas de alto desempenho do que as empresas com baixo desempenho. Nesse sentido, a variável tempo mostra ser uma variável estatisticamente significativa. Outro estudo de Costa (2018) buscou investigar se o perfil sociodemográfico das MPEs e de seus gestores tem influência no desempenho financeiro dessas empresas. Como resultado, foi constatado que a variável tempo (idade) de existência, influenciava no desempenho financeiro dessas empresas. Deste modo, a variável idade (tempo) de existência pode estar correlacionada a um melhor desempenho.

Desse modo, considerando a variável idade (tempo) de existência de cada FAP brasileira, definiu-se a primeira hipótese desta pesquisa:

H1: Existe correlação entre a idade (tempo) e o volume de informação nos portais eletrônicos das FAPs.

Em seguida, após o levantamento dos estudos do orçamento das FAPs, observa-se certa disparidade entre a disponibilidade orçamentária das diferentes FAPs, e que isso pode acarretar diversas consequências. Assim, entre os estudos que pesquisam a receita orçamentária está o estudo de Fiirst et al. (2018), que utilizou a variável receita orçamentária para analisar a influência de variáveis socioeconômicas e contábeis no nível de transparência eletrônica dos estados brasileiros, após a LAI, sob o enfoque da Teoria da Escolha Pública. Em outro estudo de Cruz et al. (2012) também se utilizou a receita orçamentária como variável explicativa para averiguar o nível de transparência das informações a respeito da gestão pública anunciadas nos portais eletrônicos de 96 municípios incluídos entre os 100 mais populosos do Brasil e considerando as características e indicadores socioeconômicos dos municípios podem contribuir para explicar o nível de transparência observado. Em um estudo de Silva e Magalhães (2005), mostrou-se evidências de que um maior tamanho da empresa está associado a um maior volume de informações disseminado por meio do website corporativo.

Assim, considerando o tema desta pesquisa e considerando os dados inerentes a variável orçamento das FAPs, definiu-se a segunda hipótese de pesquisa:

H2: Existe correlação entre o orçamento e o volume de informações nos portais eletrônicos das FAPs.

Em razão de que o orçamento pode refletir variação de um ano para outro devido a fatores do ambiente econômico, buscou-se trazer a característica ativo total das FAPs como uma variável que reflete uma característica mais estável no longo prazo e que pudesse também representar o tamanho das FAPs. Em estudos de Diniz (2015) e Baldissera (2018)

tem se observado que a aplicação de variáveis socioeconômicas e contábeis, neste caso os ativos totais, tem relevância e merecem ser estudadas, especialmente no cenário do governo estadual brasileiro.

Então a partir do levantamento da variável ativo total de cada FAP brasileira, definiu-se a terceira hipótese desta pesquisa:

H3: Existe correlação entre o ativo total das FAPs e o volume de informação nos portais eletrônicos das FAPs.

Já se tratando de estrutura e pessoal, Rodrigues et al. (2009) ressaltam que as formas organizacionais das fundações possuem uma estrutura do tipo funcional, fragmentada por áreas de especialidades (departamentos), com as responsabilidades distribuídas por funções, sendo a tomada de decisão centralizada em uma cúpula administrativa, na qual cada departamento possui um superior imediato que responde hierarquicamente. Assim, a partir da variável quantidade de servidores ativos pode se considerar o desenvolvimento das atividades. Em um estudo de Gomes e Freitas (2017), a variável quantidade de servidores, no caso juízes, foi utilizada para verificar a correlação com a demanda das varas da Justiça Federal. De modo semelhante, Silva, Ferreira e Prata (2019), em sua pesquisa referente à produtividade, sob a ótica da produção, e o desempenho dos juizados especiais na Justiça Estadual Brasileira, entre os anos 2009 e 2016, utilizaram a variável quantidade de servidores, neste caso os juízes, para verificar a correlação.

Desse modo, considerando o tema desta pesquisa e considerando os dados referentes a variável quantidade de servidores das FAPs, definiu-se a quarta hipótese de pesquisa:

H4: Existe correlação entre o quantitativo de servidores e o volume de informações nos portais eletrônicos das FAPs.

A partir deste estudo, espera-se apresentar e descrever a existência de uma relação entre o volume de informações nos portais eletrônicos e as características das FAPs.

3.2 COLETA DE DADOS

A coleta dos dados foi feita nos portais eletrônicos das FAPs, a partir da análise dos documentos e das informações apresentados. Na concepção de Gil (2017, p. 28), a pesquisa documental “é utilizada em praticamente todas as ciências sociais”. Gil (2017) ressalta, ainda, que a pesquisa documental considera todo tipo de documentos criados com intenções diversas, como comunicados, assentamentos, autorizações etc., conforme, no caso desta pesquisa, foram encontrados nos portais eletrônicos das fundações estaduais de amparo à pesquisa, do Brasil. A pesquisa, nesse sentido, foi documental, uma vez que foram analisados os portais eletrônicos para identificar as informações, e classificada também como bibliográfica, considerando que foram utilizados artigos e livros para o referencial teórico.

A pesquisa se estabeleceu em dados secundários, a partir de fontes obtidas de forma gratuita e acessível, através dos portais eletrônicos das fundações estaduais de amparo à pesquisa (HAIR JR et al., 2005). Quanto ao período de ocorrência, foi uma pesquisa transversal, que abrangeu um período determinado no tempo e, assim, fornecendo um panorama ou uma descrição dos elementos em um dado ponto (específico) no tempo (COOPER; SCHINDLER, 2011). Desse modo, o período definido foi estabelecido entre 26 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021, a partir de coleta feita nos portais eletrônicos das FAPs. Do universo de FAPs públicas e privadas existentes, nesta pesquisa, faz-se um recorte para a população a ser investigada que são as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, do Brasil, portanto, somente públicas.

Assim, dos 26 estados mais o Distrito Federal, que somam 27, foram investigados os portais eletrônicos de 26 FAPs, já que no estado de Roraima, ainda não foi implementada a Fundação Estadual de Amparo à Pesquisa. Mas durante a coleta dos dados, a Fundação de Amparo a Pesquisa da Bahia, informou não ter balanço patrimonial, portanto, não constou na

amostra deste estudo. Desta forma, amostra ficou definida em 25 FAPs, sendo uma de cada estados mais DF, com exceção de Bahia e Roraima.

3.3 ANÁLISE DO CONTEÚDO E CORRELAÇÃO

A análise de dados foi feita a partir de abordagem quali-quantitativa. Inicialmente, foi utilizada uma análise qualitativa, aplicando a técnica de análise de conteúdo dos documentos constantes nos portais eletrônicos. No acesso aos portais das FAPS, foi feito o levantamento de todas as abas e páginas, de onde foram coletadas informações referentes ao fomento da pesquisa, para posterior classificação (etapa de codificação).

Desse modo, portanto, desenvolveu-se um processo interativo de coleta de dados e de codificação e geração das categorias. Por exemplo, sobre a codificação de dados referentes às bolsas: uma bolsa de iniciação científica se diferencia de uma bolsa de mestrado. Assim, à medida que os portais eram analisados, os atributos das bolsas eram definidos como elementos diferenciadores, considerando os novos atributos dos dados, e os portais anteriores eram reavaliados. Esses atributos foram usados para distinguir as subcategorias.

Por fim, visando diminuir o número de subcategorias, desenvolveu-se uma análise de similaridade, optando-se pelo agrupamento daquelas que eram similares. A análise ocorreu pela visualização das informações de fomento apresentadas em qualquer aba, sub-aba, e página do portal, considerando que os portais são constituídos de informações diversas, compostas por informações institucionais, de procedimentos administrativos, de comunicação de eventos, de divulgação de pesquisas, e de atendimento online, como ouvidoria e E-sic.

Em linha com os objetivos desta pesquisa, foi necessário coletar as informações de fomento que refletissem como são distribuídos os recursos financeiros nas áreas específicas da pesquisa, de modo que pudessem ser agrupadas e contabilizadas de forma quantitativa. A estruturação das subcategorias formou-se a partir da frequência de aparição nos portais, por afinidade de finalidade que se apresentam, segundo indicado por Bardin (2004, p. 18), isto é, “na análise quantitativa, o que serve de informação é a frequência com que surgem certas características do conteúdo”.

Na construção das categorias foi observado o agrupamento de itens nas subcategorias que se equiparavam com base na classificação de dois indicadores de frequência e de finalidade. Depois, as subcategorias foram divididas em três categorias de informações de fomento encontradas nos portais eletrônicos das FAPs: bolsas, auxílios e programas. As categorias foram consideradas a partir dos dados levantados indutivamente, e observando concessões definidas por agências governamentais, como CNPq, que considera bolsa e auxílio como fomento a pesquisa de forma individual, e programas forma de fomento a pesquisa de forma coletiva.

Por se tratar da FAP com maior orçamento e por ser a mais antiga fundação da amostra, e que aparentemente em estudo exploratório anterior de Silva e Soares (2021), demonstrou possuir o portal eletrônico mais completo, a coleta foi iniciada pelo portal da FAPESP. Essas informações, em seguida, foram mapeadas em uma planilha eletrônica de Microsoft Excel, e, na sequência constituíram as subcategorias, que foram agrupadas, observando critérios de similaridade. Posteriormente, para a apuração da pontuação foi adotada uma combinação binária, codificada com 1 (um) quando o item era apresentado no portal da fundação, e 0 (zero), caso contrário. O produto desse trabalho gerou uma soma (pontuação) para cada fundação. Destaca-se, ainda, que os dados de todas as FAPs foram tabulados em planilhas eletrônicas, para facilitar o armazenamento e análises.

Por outro lado, na etapa quantitativa da análise de dados, foi calculada a estatística descritiva, além de calculado o coeficiente de correlação linear r de Pearson. Na concepção de Fávero e Belfiore (2020, p. 21), “a estatística descritiva visa descrever e sintetizar as características principais observadas em um conjunto de dados por meio de tabelas, gráficos e

medidas-resumo”, não observando, em sua análise dos dados, qualquer inferência acerca da população.

Para testar as hipóteses enunciadas foi utilizado o coeficiente de correlação linear r de Pearson, pelo qual se observa, a partir das variáveis que caracterizam as FAPs, se existe correlação entre as variáveis ou não, e havendo correlação, identifica-se a intensidade e o sentido desta relação. Para proceder ao cálculo foi utilizado o software IBM SPSS Statistics 20.

4. RESULTADOS

Nas seções a seguir são expostas as análises e os resultados da aplicação da metodologia proposta para esta pesquisa. Assim, apresenta-se a descrição encontrada das características das FAPs, assim como o check list referente ao volume de informações encontradas nos portais eletrônicos das FAPs. Por fim, procede-se à análise estatística desenvolvida através da correlação de Pearson, para responder as hipóteses antes elencadas.

Dessa maneira, evidencia-se que a constituição das fundações é um evento relativamente recente em alguns estados, já que a última fundação a ser criada a FAPAC, do estado do Acre, em 2012, restando o estado de Roraima, que até 2021, não criou sua fundação. Outro fator que ficou evidenciado é que maiorias das FAPs foram criadas após a promulgação da Constituição de 1988.

Diante da necessidade do financiamento da pesquisa em níveis regional e local, as FAPs vêm enfrentando limitações orçamentárias devido a uma redução nos recursos dispendidos pelo governo federal aos convênios (ALVES, 2018). As FAPs, ainda segundo Alves (2018), são um importante mecanismo de distribuição de recursos, visto que se relacionam diretamente com os beneficiários por meio de procedimentos internos pelos quais definem como e para quem os recursos são destinados. O tamanho do orçamento, do ativo total referentes a 2019 e 2020, além do quantidade de servidores ativos e ano de criação das FAPs são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 - Caracterização das FAPs por orçamento, ativos totais de 2019/2020 (em reais), quantitativo de servidores e ano de criação

FUNDAÇÕES ESTADUAIS	ORÇAMENTO 2019	ORÇAMENTO 2020	ATIVO TOTAL 2019	ATIVO TOTAL 2020	QUANT. SERVIDOR	ANO CRIAÇÃO
FAPESP	1.453.195.782,00	1.441.294.746,00	966.350.968,40	1.564.549.301,72	286	1960
FAPERGS	44.301.372,23	51.007.536,00	12.741.851,13	14.485.053,68	45	1964
FAPERJ	535.180.482,00	541.883.216,00	832.162.499,16	983.822.587,04	66	1980
FAPEMIG	318.589.589,12	368.704.702,14	2.347.268.474,46	2.558.669.038,94	203	1986
FACEPE	72.595.900,00	80.957.900,00	23.085.610,13	33.291.909,64	57	1989
FAPEAL	24.915.153,11	17.034.313,21	10.348.374,76	10.423.472,28	86	1990
FUNCAP	3.011.943,00	4.134.000,00	20.341.064,16	21.357.310,58	71	1990
FAPDF	366.353.338,00	427.780.153,00	543.757.261,90	555.271.665,66	59	1992
FAPESQ	42.296.392,52	38.358.921,34	15.485.126,45	16.979.287,55	12	1992
FAPEPI	5.170.479,00	6.520.595,00	7.332.515,93	8.890.720,35	32	1993
FAPEMAT	40.341.659,00	37.790.596,54	115.095.836,66	124.304.635,75	18	1994
FAPESC	61.352.515,00	83.435.873,00	134.860.593,24	138.273.872,90	71	1997
FA	42.063.083,00	68.070.343,00	271.807.801,00	181.225.570,00	44	1998
FUNDECT	38.136.500,00	34.384.900,00	37.601.146,72	44.616.076,63	26	1998
FAPESB	127.787.000,00	136.072.858,00	-	-	79	2001
FAPEAM	110.131.720,00	97.791.420,00	71.396.450,37	74.398.811,45	35	2002
FAPEMA	44.536.369,01	54.061.813,77	4.818.709,79	9.394.674,54	82	2003
FAPERN	4.218.000,00	6.834.212,47	13.070.426,85	13.082.596,18	35	2003
FAPES	29.353.790,00	24.100.823,00	44.523.968,73	39.987.316,80	46	2004
FAPEG	25.998.160,32	25.516.000,00	7.649.999,60	3.615.232,37	69	2005
FAPITEC	10.845.300,00	11.084.793,30	17.673.706,65	18.573.925,58	32	2005
FAPESPA	38.601.023,00	41.987.206,00	40.271.633,82	30.928.315,66	121	2007
FAPEAP	1.350.200,00	1.859.555,00	5.052.324,99	8.747.643,62	11	2009
FAPERO	7.401.750,00	7.894.934,00	7.137.358,26	6.665.352,43	26	2011

FAPT	9.296.532,00	5.093.799,00	8.266.327,06	7.164.928,65	20	2011
FAPAC	986.000,00	901.000,00	695.217,88	1.049.473,54	16	2012
TOTAL GERAL	3.458.010.032,31	3.614.556.209,77	5.558.795.248,10	6.469.768.773,54	1.648	-

Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

Os dados coletados, referentes ao ativo total das FAPs, indicam que, no ano de 2020, a FAPEMIG, a FAPESP, a FAPERJ e a FAPDF juntas representaram 87,5% do ativo total de todas as FAPs, enquanto as demais representaram somente 12,5% do total de ativos das FAPs. Outra característica a ser observada refere-se à FAPAC que, com o menor ativo total, tendo sido a última fundação a ser criada, em 2012. Um caso de missing data ocorrido, foi levantado que a FAPESB não elabora o balanço patrimonial e, portanto, não teve a informação acerca do ativo total coletada.

Quanto à estrutura organizacional administrativa das fundações, a partir do levantamento da quantidade de servidores em cada fundação, observa-se que existem estruturas bem pequenas e outras maiores. Nesse quantitativo de servidores incluem-se tanto os que estão atuando nas atividades-fim, como no apoio às atividades-meio das FAPs, considerando que, para fomentar ações de incentivo à pesquisa por meio de editais, chamamentos e outras modalidades, as fundações necessitam de aporte de pessoal, para cumprir o regramento legal do setor público e da estrutura física. Nesse caso evidencia-se que fundações, como FAPESP e FAPEMIG, além de constar como os maiores orçamentos e ativos totais também apresentam maior quantitativo de servidores.

4.1 VOLUME DE INFORMAÇÕES DOS PORTAIS ELETRÔNICOS DAS FAPS

A partir da codificação dos dados e criação e agrupamento das categorias e subcategorias, um check list foi gerado e este check list foi usado para atribuir uma pontuação a cada FAP. O portal eletrônico de cada FAP foi visitado e as informações identificadas foram tabuladas como presentes (1) ou ausentes (0) gerando uma pontuação (score) para cada FAP, e esta pontuação representa o volume de informações constantes nos portais. A Tabela 2 apresenta a consolidação do volume de informações de fomento nos portais eletrônicos das FAPs com base nas categorias bolsa, auxílio e programas.

Tabela 2 - Consolidação do volume de informações de fomento nos portais eletrônicos por categoria

FUNDAÇÕES	BOLSA	AUXÍLIO	PROGRAMAS	VOLUME DE INFORMAÇÕES
FAPERJ	13	11	46	70
FAPESP	12	21	29	62
FAPEAM	12	5	44	61
FAPEMIG	9	7	34	50
FAPEPI	12	8	19	39
FUNCAP	11	13	13	37
FAPEMA	23	0	14	37
FAPES	19	16	1	36
FAPESPA	25	0	9	34
FAPESB	11	0	20	31
FUNDECT	7	0	20	27
FAPITEC	10	5	5	20
FACEPE	13	7	0	20
FAPEAP	4	0	13	17
FAPESQ	3	0	13	16
FA	0	0	15	15
FAPEMAT	15	0	0	15
FAPERJ	7	0	8	15
FAPESC	0	0	12	12

FAPEAL	0	0	12	12
FAPAC	1	0	5	6
FAPERO	0	0	6	6
FAPEG	4	0	1	5
FAPERGS	4	0	0	4
FAPDF	4	0	0	4
FAPT	0	0	0	0

Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

Em cada coluna das categorias bolsa, auxílio e programas, estão representadas as quantidades de informações disponíveis nos portais. Na coluna volume de informações, consta o somatório das colunas das categorias. Consta-se que a FAPERJ e a FAPESP são as FAPs que mais apresentam informações de fomento a pesquisa dentro das categorias elencadas.

4.2 ANÁLISE DAS CORRELAÇÕES

Após o levantamento das variáveis idade, orçamento, ativo total e quantidade de servidores (Tabela 1) e volume de informações nos portais eletrônicos (Tabela 2), procedeu-se ao teste das hipóteses por meio do uso do coeficiente de correlação linear r de Pearson, utilizando o software SPSS 20. A matriz de correlação entre as variáveis é apresentada na Tabela 3.

Tabela 3 - Matriz de correlação entre as variáveis

		Correlações						
		Volume	Idade	Or_2019	Or_2020	At_2019	At_2020	Servidores
Volume	r	1						
	Sig. (2-tailed)	-						
	N	25						
Idade	r	,380	1					
	Sig. (2-tailed)	,061	-					
	N	25	25					
Or_2019	r	,548**	,669**	1				
	Sig. (2-tailed)	,005	,000	-				
	N	25	25	25				
Or_2020	r	,539**	,672**	,998**	1			
	Sig. (2-tailed)	,005	,000	,000	-			
	N	25	25	25	25			
At_2019	r	,484*	,436*	,559**	,589**	1		
	Sig. (2-tailed)	,014	,029	,004	,002	-		
	N	25	25	25	25	25		
At_2020	r	,535**	,510**	,682**	,705**	,986**	1	
	Sig. (2-tailed)	,006	,009	,000	,000	,000	-	
	N	25	25	25	25	25	25	
Servidores	r	,528**	,575**	,797**	,804**	,697**	,777**	1
	Sig. (2-tailed)	,007	,003	,000	,000	,000	,000	-
	N	25	25	25	25	25	25	25

** Correlação estatisticamente significativa em um nível de 0,01 (2 caldas)

* Correlação estatisticamente significativa em um nível de 0,05 (2 caldas)

Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

O valor do coeficiente de correlação r de Pearson calculado apresentou que a correlação da variável volume de informações com a variável idade ($r = 0,38$) não é estatisticamente significativa ($p > 0,05$), desta forma a hipótese nula não é rejeitada, ou seja, não existe correlação entre volume informações e idade da FAP.

Por outro lado, a hipótese da correlação entre o volume de informações e os orçamentos de 2019 e 2020 foram de 0,548 e 0,539, respectivamente, ambas estatisticamente

significantes a um nível de significância de 0,01 ($p = 0,005$ e $p = 0,005$), de modo que se rejeita a hipótese nula e aceita-se a hipótese alternativa, ou seja, há sim uma relação positiva entre o volume de informações e o orçamento das FAPs. Para Sampieri, Collado e Lucio (2013) uma correlação de 0,5 é uma correlação positiva média e uma correlação de 0,75 é uma correlação positiva considerável.

No que tange a hipótese da correlação entre volume de informação e ativos totais identificou que em 2019 houve uma relação estatisticamente significativa ao nível 5%, em 2020 houve uma relação estatisticamente significativa ao nível 1%, e assim, rejeita-se a hipótese nula e aceita-se a hipótese alternativa, ou seja, há uma correlação positiva entre o volume de informações e o ativo total de 2019 ($r = 0,484$) e de 2020 ($r = 0,535$).

Em relação a hipótese 4, verifica-se que variável volume de informações se correlaciona positivamente com a variável quantidade de servidores ($r = 0,528$) e esta relação é estatisticamente significativa ($p = 0,007$), de forma que também se rejeita a hipótese nula e aceita-se a hipótese alternativa, isto é, há uma relação positiva entre o volume de informações e o número de servidores das FAPs.

Em síntese, na presente pesquisa as características das FAPs utilizadas foram idade (número de anos desde a fundação) e tamanho (orçamento, ativo total e quantidade de servidores) das FAPs. Os testes de hipóteses mostraram não há relação estatisticamente significativa entre volume de informações nos portais eletrônicos e a idade das FAPs. Os testes de hipóteses mostraram ainda que há relação entre volume de informações nos portais eletrônicos e as variáveis de tamanho das FAPs.

5. CONCLUSÃO

Com esta pesquisa visou-se entender a correlação entre volume de informações de fomento nos portais das FAPs e as características dessas fundações. Nesse sentido, partindo da premissa de que fundações maiores e com mais recursos poderiam evidenciar mais informações em seus portais eletrônicos, investigou-se a relação entre o volume (quantidade) de informações nos portais, a partir de quatro características das FAPs, a saber: idade, orçamento, ativos totais e quantidade de servidores, testando-se quatro hipóteses, por meio do coeficiente de correlação linear r de Pearson.

A análise dos dados permitiu concluir que a hipótese 1, que correlacionava a idade das FAPs com o volume de informações nos seus portais, não se apresentou estatisticamente significativa. De fato, embora se espere que organizações mais antigas possam ser melhor estruturadas em decorrência do desenho e da reformulação de processos e mesmo do desenvolvimento de uma cultura organizacional, isso não pode ser esperado, necessariamente, no que tange a aspectos de comunicação eletrônica, haja vista que o advento e a popularização da internet no Brasil ocorreu, de modo destacado, a partir dos anos 1990 e 2000. Os 30 anos de existência de uma fundação, como a FAPESP entre 1960 e 1990, não poderiam ter gerado uma experiência que consistisse em vantagem em termos de divulgação de informações em portais eletrônicos em relação às fundações mais jovens. Talvez, a variável idade do portal eletrônico possa apresentar uma relação com o volume de informações disponibilizadas, relação que a variável idade da fundação não possui.

Além disso, usando o critério de Sampieri, Collado e Lucio (2013), o valor da correlação é considerada entre média e considerável com o volume de informações dos portais eletrônicos, ficou demonstrado que o orçamento apresenta uma relação considerada, o que foi evidenciado tanto para o orçamento de 2019 como de 2020, corroborando a ideia de que FAPs com orçamentos maiores têm condições de investir recursos financeiros tanto nas suas ações-fim de fomento à pesquisa como também direcionar recursos para investir em comunicação eletrônica, desenvolvendo portais eletrônicos com mais informações.

No caso da hipótese 3, os resultados confirmaram, pelos testes estatísticos, que os ativos totais têm uma correlação positiva entre média e considerável com o volume de informações nos portais eletrônicos das FAPs, nos dois anos analisados. Isto porque os ativos totais representam, assim como o orçamento, o tamanho das fundações e o potencial das FAPs de direcionar recursos para o desenvolvimento de melhores portais eletrônicos.

A hipótese 4 mostrou que há uma relação significativa e positiva entre o volume de informações dos portais das FAPs e a quantidade de servidores. Uma fundação com poucos servidores, ou seja, menor, faz com que estes precisem acumular muitas atividades, entre as quais, a alimentação e atualização do portal eletrônico, enquanto que, numa fundação com mais servidores, estes podem ser destacados, exclusivamente, para o desenvolvimento e manutenção do portal eletrônico, acarretando melhoria qualitativa e quantitativa das informações apresentadas.

A presente pesquisa encontrou limitações decorrentes de diversas origens. A primeira remete à escassez de literatura específica sobre fomento e fundações de amparo à pesquisa, impactando fortemente na construção teórica do estudo. A ausência de modelos amplamente aceitos de mensuração de transparência de órgãos públicos, assim como detectada na pesquisa de Vaz et al. (2021), também constituiu uma limitação, que impediu que o presente estudo avaliasse a transparência dos portais eletrônicos e optasse por analisar o volume de informações em termos de quantidade. O tamanho da população estudada, que consiste numa limitação numérica para o uso de métodos quantitativos mais sofisticados durante a análise de dados, aqui também foi um limitador mesmo com a amostra analisada representando mais de 90% da população.

Com intuito de ampliar o tema, sugerem-se estudos futuros que contribuam para a área ao correlacionar o volume de informações nos portais eletrônicos das FAPs com outras características das FAPs. Além desses, sugere-se que, em estudos futuros, seja utilizada uma análise qualitativa para analisar o volume de informações apresentadas nos portais das FAPs e a qualidade dessas informações.

REFERÊNCIAS

- AKUTSU, L. **Sociedade da Informação, accountability e democracia delegativa**. São Paulo: Baraúna, 2009.
- ALVES, M. C. O SBPC e as fundações de amparo à pesquisa. **Ciência e Cultura**, v. 70, n. 4, p. 8-10, 2018.
- BALDISSERA, J. F. **Determinantes da Transparência Pública**: um estudo em municípios brasileiros sob a ótica da teoria da escolha pública. Dissertação (Mestrado em Contabilidade), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, PR, Brasil, 2018.
- BARBALHO, C. R. S. Portais eletrônicos: estudo comparativo da oferta em Comunicação. *In*: ENCONTRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 16., 2004, Porto Alegre. **Anais [...]**. São Paulo: INTERCOM, 2004.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. 3ª ed. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BARTOLUZZIO, A. I. de S. *et al.* Percepção dos cidadãos sobre os portais da transparência do governo estadual e das gestões municipais em Pernambuco. **Revista da CGU**, Brasília, DF, v. 11, n. 18, p. 1-17, 2019.
- BATISTA, C. L. Informação pública: controle, segredo e direito de acesso. **Intexto**, Porto Alegre, n. 26, p. 204-222, jul. 2012.
- BORGES, M. N. As fundações estaduais de amparo à pesquisa e o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação no Brasil. **Revista USP**, n. 78, p. 174-189, 2011.
- BRASIL. Ministério das Comunicações. **Pesquisa IBGE**. Brasília, DF, 2021. <https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2021/abril/pesquisa-mostra-que-82-7-dos-domicilios-brasileiros-tem-acesso-a-internet>. Publicado em 14/04/2021. Acesso em: 26 jul. 2021.
- CALEFFI, C. F.; RAUPP, F. M. Avaliação da transparência fiscal e do acesso à informação nos portais das assembleias legislativas brasileiras. **Meta: Avaliação**, v. 9, n. 26, p. 360-386, maio/ago. 2017.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**: a era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CONDE, R. V. **Governança pública**: uma análise comparativa do sistema de indicadores das fundações estaduais de amparo à pesquisa. 2015. 138 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Gestão Pública, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.
- CONSELHO NACIONAL DAS FUNDAÇÕES ESTADUAIS DE AMPARO À PESQUISA (CONFAP). **Site Oficial**. Disponível em <http://confap.org.br/legislacao/>. Acesso 14 out. 2021.
- CONSELHO NACIONAL DAS FUNDAÇÕES ESTADUAIS DE AMPARO À PESQUISA (CONFAP). **Apresentação**. 2017. Disponível em: <<http://confap.org.br/news/apresentacao/>>. Acesso em: 07 de agosto de 2021.
- COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Método de pesquisa em administração**. 7. ed. Porto Alegre: Bookmann, 2011.

COSTA, A. C. Influência das características sociodemográficas no desempenho financeiro de micro e pequenas empresas do turismo rural. **Revista Espacios**, v. 39, n. 14, p. 12-22, 2018.

CRUZ, C. F. *et al.* Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, p. 153-156, fev. 2012.

DINIZ, G. M. **A gestão da informação dos municípios cearenses com suporte em um modelo de análise da transparência digital em portais eletrônicos**. 2015. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2015.

EIRÃO, T. G. **Acesso à informação pública nos países do Cone Sul**: estudo sobre a adesão às diretrizes de acesso à informação. 2018. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2018.

FÁVERO, P. L.; BELFIORE, P. **Manual de análise de dados**. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2020.

FIIRST, C. *et al.* A influência dos índices socioeconômicos e contábeis no nível de transparência eletrônica dos estados brasileiros sob a ótica da teoria da escolha pública. **Revista Administração Pública e Gestão Social**, v. 10, n. 4, p. 272-281, 2018.

FREITAS, R. L. **O Processo de acompanhamento e avaliação das transferências voluntárias de recursos do CNPq em parceria com as FAP**. 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)- Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

GOMES, A. O.; FREITAS, M. E. M. de. Correlação entre demanda, quantidade de juízes e desempenho judicial em varas da Justiça Federal no Brasil. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 567-585, maio/ago, 2017.

GONÇALEZ, P. R. V. A.; JORENTE, M. J. V. Disseminação da informação nos websites dos arquivos permanentes e as novas tecnologias de informação e comunicação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 7, n. 1, p. 1-23, jan./jun. 2014.

HAIR JR, J. F. *et al.* **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

JORGE, F. S.; VENDRUSCOLO, M. I. Transparência na gestão das fundações estaduais de amparo à pesquisa brasileiras. *In*: CONGRESSO ANPCONT, 19. Foz do Iguaçu, 2020.

KLOTZLE, M. C.; THOMÉ, C. C. Fatores associados ao desempenho exportador de micros, pequenas e médias empresas brasileiras. **Revista de Administração – RAUSP**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 339-346, jul/set, 2006.

LARA, M. L. G. de; CONTI, V. L. Disseminação da informação e usuários. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 26-34, 2003.

LINS, B. F. E. A evolução da Internet: uma perspectiva histórica. **Cadernos Aslegis**, Brasília, DF, v. 17, n. 48, p. 11-45, 2013.

LUCIANO, R. da C.; CARNIELLO, M. F. Tecnologia de informação e comunicação na gestão pública nos municípios do sudoeste goiano. **Estudos em Comunicação**, n. 17, p. 117-142, dez. 2014.

MATIAS-PEREIRA, J. **O controle de contas e a transformação da administração pública**. Fortaleza: Universidade Aberta do Nordeste; Fundação Demócrito Rocha, 2014.

MATOS, G. P. de. **As fundações de amparo à pesquisa como agentes estruturantes dos sistemas regionais de inovação e de descentralização em CT&I no Brasil**. 2018. Dissertação (Mestrado em Tecnologias da Informação e Comunicação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

MOREIRA, F. M.; VALENTIM M. L. P.; SANT'ANA, R. C. G. A interdisciplinaridade da Ciência da Informação e suas contribuições no estudo do compartilhamento de dados governamentais na internet. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 300-329, maio/ago. 2018.

RAUPP, F. M. Prestação de contas de executivos municipais de Santa Catarina: uma investigação nos portais eletrônicos. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, v. 6, n. 3, p. 151-158, 2014.

RAUPP, F. M.; ABREU, E.; ABREU, M. B. Disponibilização de informações à sociedade em meios eletrônicos: um estudo nas prefeituras dos maiores municípios brasileiros. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 14, n. 42, p. 41-54, ago. 2015.

RODRIGUES, G. P.; GUIDINI, M. B.; VENDRUSCOLO, M. I. Um modelo de gestão para agências fomento de amparo à pesquisa: a busca por resultados. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 16., 2009, Ceará. **Anais [...]**. Ceará: Abcustos, 2009. p. 1-14.

ROTHBERG, D.; LIBERATO, F. de P. Comunicação pública, transparência e políticas públicas: avaliação de informações em portais brasileiros de governo. **Revista Internacional de Relaciones Públicas**, Málaga, v. 3, n. 6, p. 69-96, 2013.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, J. C. S. dos. Informação pública e governo eletrônico na Assembleia Legislativa da Bahia. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 520-535, nov. 2013.

SANTOS, L. K. dos. **Um estudo das práticas de disseminação de informação de contratos administrativos nos portais eletrônicos das universidades federais da região Sudeste**. 2017. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2017.

SILVA, E. M. A. da. **Sociedade da informação: a desinformação na era da internet**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

SILVA, D. M. da; RIBEIRO, A. C. D.; SILVA FILHO, E. A. As redes sociais como ferramenta para acesso à informação na administração pública. **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, v. XI, n. 21, p. 267-294, jan/jun 2018.

SILVA, J. A.; FERREIRA, G. V.; PRATA, A. A.. Desempenho em juizados especiais no Brasil: uma análise do período 2009-2016. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, Brasília, v.6, n. 3, p. 231-250, dez, 2019.

SILVA, K. K. R. B.; SOARES, S. V. A caracterização das fundações estaduais de amparo a pesquisa. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA, 20., 2021, Online. **Anais...** Florianópolis: INPEAU, 2021.

SILVA, M. R. da; VICENTIN, I. C. Práticas de comunicação da governança pública em municípios brasileiros por intermédio de portais governamentais. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 14, n. 30, p. 176-201, 2018.

SILVA, S. H. da; LOPES, V. F. V.; OLIVEIRA, G. D. da R. Marco civil da internet. **Jicex**, Curitiba, v. 3, n. 3, 2015.

SILVA, W. M.; MAGALHÃES FILHO, P. A. O. Determinantes da disseminação voluntária de informações financeiras na internet. **Revista de Administração de Empresas**, v. 4, n. 2, jul./dez. 2005.

SOUSA, A. de O. *et al.* A Efetividade do controle social a partir dos portais governamentais. **Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, Jabotão dos Guararapes, v. 14, n. 52, p. 974-990, out. 2020.